



Gilberto Vieira *

Desafios do turismo dos Açores: mais coesão entre ilhas e menos sazonalidade

“Continuamos sem encontrar resposta eficaz para transportar, de forma acessível, os turistas para diferentes ilhas, a partir dos pontos de chegada, em que São Miguel tem predominância avassaladora.

“E isto num contexto em que sabemos já, pela experiência, que grande parte das pessoas que visitam um arquipélago, e de um modo especial os Açores, tem como objetivo permanecer em mais do que uma ilha, mas não encontra condições para isso.”



Foi exactamente na ilha de S. Jorge, onde agora se realizou o I Encontro Regional de Turismo, que decorreram ao longo de muitos anos eventos que marcaram a reflexão sobre a nossa realidade turística, nomeadamente as Bienais de Turismo Rural do Atlântico, em que a troca de experiências e o contato com players há mais tempo no mercado potenciaram o desenvolvimento deste segmento e, mesmo, do turismo açoriano no seu todo.

Foram tempos épicos em que muita gente deu o seu contributo e lembro-me, por exemplo, de uma vez ter trazido para um desses eventos uma galinha e um ovo pintado a dourado, numa alegoria à célebre galinha dos ovos de ouro, que não se pode matar na ânsia de ter todos os ovos de uma vez.

Embora de forma enviesada, este pequeno episódio pode servir, eventualmente, de mote para chegarmos ao tema que me proponho aqui abordar.

Isto porque, a par, ou mesmo antes, da obtenção de maior coesão entre ilhas e da redução da sazonalidade, impõe-se a sustentabilidade, a vários níveis, que não vou aqui dissecar, mas acho importante deixar aqui esta nota, por ser um assunto que temos que ter sempre presente, à cabeça das nossas prioridades, sob pena de matarmos a galinha dos ovos de ouro.

Confesso que sempre defendi a divulgação do destino Açores no seu todo, como o primeiro passo para a afirmação da atividade turística entre nós.

Ou seja, apostar numa promoção que pegasse tanto quanto possível em características comuns ou diversas de todas as ilhas e moldar assim um produto distinto e atrativo, desde logo.

Paralela e progressivamente, havia um trabalho a fazer de valorização e afirmação das diversas ilhas e de produtos-âncora destinados a suscitar interesses específicos, alargando, assim, a abrangência nos mercados.

Reconheço que algum desse trabalho foi sendo feito, com altos e baixos, com avanços e recuos, mas a verdade é que se conseguiu “pôr no mapa” características específicas por ilha ou por produto.

Refiro-me, por exemplo, à classificação de algumas ilhas como reserva da Biosfera, de outros galardões internacionais como o Quality Coast, atribuído a vários pontos de várias ilhas, da paisagem protegida da vinha do Pico que, só por si, criou um produto singular, de Angra cidade Património Mundial, que já ostenta essa distinção há muitos anos, mas que continua a ser uma mais-valia.

E, já agora, de referir o impacto da previsível certificação dos Açores como o primeiro arquipélago de destino de turismo sustentável, atribuído pelo Conselho Global de Turismo Sustentável.

Muito importante, também, foi a criação dos parques de ilha, com objetivos comuns como a visitação sustentável, mas oferecendo uma variedade de aspetos de interesse de ilha para ilha. Ou, ainda, puxando de algum modo “a brasa à minha

sardinha”, o reconhecimento pelos responsáveis da política de turismo da Região de que o turismo rural e de natureza é uma âncora e uma alavanca da oferta turística Açoriana, pelo repositório tranquilo que representa, e pode ser usufruído, das vivências nas nossas ilhas.

O CASO DAS ACESSIBILIDADES

Na fase em que nos encontramos, entendo que há três fatores incontornáveis: acessibilidades, acessibilidades e acessibilidades.

Podem parecer sarcástico, mas representa apenas a constatação de que continuamos sem encontrar resposta eficaz para transportar, de forma acessível, os turistas para diferentes ilhas, a partir dos pontos de chegada, em que São Miguel tem predominância avassaladora.

E isto num contexto em que sabemos já, pela experiência, que grande parte das pessoas que visitam um arquipélago, e de um modo especial os Açores, tem como objetivo permanecer em mais do que uma ilha, mas não encontra condições para isso.

É claro que, para além de combater este constrangimento decisivo, continua a ser necessário um esforço de promoção daquilo que cada ilha tem para oferecer, por áreas de interesse ou em circuitos que permitam várias realidades em várias ilhas que, em conjunto, são o cerne do produto genuíno que temos para oferecer.

Reunidas estas premissas, voltamos “à vaca fria”: como organizar um sistema de transportes do exterior e inter-ilhas que possa colmatar a lacuna de coesão em que hoje vivemos?

O ideal seria, numa lógica de mercado, que uma vez feito o trabalho de promoção do arquipélago e de cada uma das suas parcelas, fossem as companhias aéreas ou operadores a escolher as rotas que os clientes pretendem, em voos para as gateways e com acordos interline para as ilhas onde não podem operar aeronaves de maior dimensão, alargando assim as suas opções de negócios. Ideal, dizia eu, mas estou ciente de que ainda não chegámos perto desse patamar.

Que fazer então?

O RISCO DA MASSIFICAÇÃO

Provavelmente, começar ao contrário. Isto é, redobrar o esforço de divulgação por todos os meios disponíveis das especificidades das ilhas ou produtos de um conjunto delas, como é o caso das ilhas do triângulo, potenciando assim o interesse por alternativas a São Miguel, ilha que pela dimensão,

aposta privilegiada, a certa altura do percurso de promoção, com a ideia de ser a alavanca de todo o destino Açores e, sem dúvida, mérito próprio, já alcançou um patamar de visibilidade capaz de continuar o processo de afirmação de que beneficiou.

E aqui deixem-me fazer um parêntese. Na minha opinião, temos de começar já a refletir seriamente sobre o risco potencial de uma eventual massificação, com conseqüente banalização, talvez até involuntária, do produto, a nível de São Miguel, o que seria catastrófico não só para aquela ilha como para a imagem global do destino Açores.

Sei que as autoridades responsáveis já começam a sinalizar esse potencial problema no âmbito do vasto leque de preocupações relativas à sustentabilidade, mas entendo que o assunto deve ser analisado em profundidade, de forma a antecipar e combater o problema.

É claro que uma eventual aposta no reforço da promoção de outras ilhas e produtos é uma tarefa que leva o seu tempo e, entretanto, não podemos ficar sentados à espera que esse trabalho dê os seus frutos, de forma a mudar o paradigma atual.

Aqui voltamos à questão dos transportes, na atualidade. Por mais que queiramos agir numa lógica de mercado, a intervenção do Governo Regional continua a ser imprescindível, junto de operadores e de transportadoras aéreas. E isso nem é inédito. Destinos potencialmente concorrentes, desde a Europa, o norte de África e muitos outros do Mediterrâneo fazem-no assumidamente, de forma agressiva, potenciando o crescimento do movimento para esses destinos.

É claro que não estou a defender que o nosso Governo deva pagar, com aspas ou sem aspas, como circula na opinião pública, para operadores sem escrúpulos encherem aviões para “despejar” pessoas nos Açores. Mas há um esforço de mediação e incentivo que deve continuar a existir, a partir de agora com predominância para todas as ilhas onde se pretende fomentar esse conceito de coesão, um dos temas que aqui nos traz.

O PAPEL DA SATA

É também óbvio que o grupo SATA tem um papel fundamental nesse processo, quer através do aumento de voos da Azores Airlines para outras gateways do arquipélago, quer através de uma programação de voos da SATA Air Azores que dê resposta às necessidades de distribuição desses passageiros inter-ilhas, bem como daquelas resultantes de acordos interline com outras companhias.

Aqui, podem confrontar-me com um argumento corrente: se a capacidade de voos da Azores Airlines têm a sua limitação, qual a razão para aumentar o número de voos para as outras gateways do arquipélago em detrimento do número estabe-



lecido para São Miguel, quando os voos para esta ilha têm sempre uma boa taxa de ocupação?

Eu entendo que esse argumento é, em parte, falacioso. Se é verdade que a ilha de São Miguel é a mais procurada por turistas e emigrantes, não é menos verdade que boa parte da ocupação tem por destino outras ilhas, nomeadamente no caso

“É claro que uma eventual aposta no reforço da promoção de outras ilhas e produtos é uma tarefa que leva o seu tempo e, entretanto, não podemos ficar sentados à espera que esse trabalho dê os seus frutos, de forma a mudar o paradigma atual”

dos emigrantes que têm poucas oportunidades de fazerem uma ligação direta.

Quero com isto dizer, até pela minha experiência como antigo agente de viagens, que se houver mais voos, nomeadamente dos Estados Unidos e Canadá diretos, por exemplo, para a Terceira ou para outra gateway no denominado Triângulo,

os passageiros organizarão os seus percursos de forma a virem diretos para essa ilha, sem prejuízo de alguns, até, terem como destino São Miguel, se não obtiverem uma ligação direta na altura pretendida.

Outra ideia que gostaria de deixar para reflexão é a necessidade de articular todo este esquema de mobilidade aérea com a possibilidade de o complementar com ligações marítimas, nomeadamente no grupo central.

Sabendo-se que as viagens marítimas, especialmente entre várias ilhas são, por si, um forte atrativo pode-se, com vantagem de preço e valorização do destino, usar esse meio para visitar várias ilhas. Uma vez mais, é necessário criar ou aperfeiçoar rotas que permitam mais ou menos tempo em cada ilha.

Nesta lógica, o turista teria, por exemplo, um passe que lhe permitiria eventualmente usufruir de uma estada em São Miguel e depois viajar de avião para a Terceira, percorrendo todo o grupo central, tanto quanto possível, e saindo por outra gateway.

NÃO ACULTURAR A TRADIÇÃO

No que respeita à redução da sazonalidade, não querendo ultrapassar muito o tempo proposto, reconheço que é uma questão complexa e de difícil resolução.

No entanto, creio termos condições para desenvolver muito mais a vertente de congressos e outros encontros que, conforme a temática pode ser disseminada por diversas ilhas.

A par disso, creio haver ainda muito espaço para desenvolver atividades culturais na época baixa que sejam, por si atrativas para diversos nichos de mercado ou, mesmo, para mercados mais abrangentes.

O mesmo se aplica a eventos desportivos de nível internacional que movimentam atletas, técnicos e familiares, bem como entusiastas dessas modalidades desportivas.

O modelo de turismo que efetivamente interessa aos Açorianos e que nos dá garantias de sustentabilidade passa primeiro por cuidarmos bem de nós, no sentido de manter o que temos o que nos diferencia.

O melhor da nossa tradição não pode ser aculturado, mas sim apurado. Só assim poderemos ser distintivos no panorama global cada vez mais agressivo e termos hipótese de nos mantermos com sucesso progressivo.

** Presidente da Casas Açoreanas - Associação de Turismo em Espaço Rural*

